

## **Análise de conjuntura, a busca de uma cidadania**

### **Sociologia**

Enviado por: Visitante

Postado em:29/10/2007

Análise conjuntural, coordenada por Pedro A. Ribeiro de Oliveira, nos apoia na busca de sentido dos fatos do nosso cotidiano.Saiba mais...

Pedro A. Ribeiro de Oliveira\* Apresentação Esta análise de conjuntura vem desfalcada da importante contribuição do Pe. J. Ernanne Pinheiro, momentaneamente impedido, por motivos de saúde, de organizar o trabalho da equipe e de apresentar sua análise dos projetos em curso no Congresso. Os temas escolhidos como marcantes deste momento são: a paz mundial e a integração latino-americana, e a persistência do paradigma casa grande e senzala como chave de leitura da realidade social, política e cultural brasileira. Trata-se, é claro, de uma metáfora sociológica, pois ninguém ignora que, entre esses dois pólos gerados pelo processo colonial, desenvolveram-se setores médios que não cabem naquele paradigma. Ele foi usado, contudo, porque ajuda a evidenciar a distância social entre a minoria poderosa (territorial, econômica, política, social e culturalmente) e a grande massa dos excluídos do mercado. I. Cenário mundial e latino-americano Prêmio Nobel associa paz e combate ao aquecimento global A atribuição do prêmio Nobel da Paz de 2007 a Al Gore e ao Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) inovou ao reconhecer que a agressão humana à natureza deve ser encarada como uma ameaça à paz. Consequência disso é que o cuidado com a vida do Planeta torna-se uma importante contribuição para a Paz. Os relatórios do IPCC, criado em 1988 pela ONU e hoje presidido por um cientista indiano, avaliam a informação científica disponível sobre os efeitos das mudanças climáticas no mundo e apontam estratégias para uma resposta adequada em âmbito global. O prestígio do prêmio agora recebido contrabalança as críticas a esses relatórios, feitas por cientistas que - de boa ou de má fé - têm lançado dúvidas quanto à validade científica dessas medições. Como se sabe, todo dado científico é refutável - ou não seria científico. Posto que nenhuma medida em escala planetária é rigorosamente exata e que o fenômeno climático é extremamente complexo, neste campo as probabilidades têm mais espaço do que noutros campos das ciências exatas e da vida. Disso se aproveitam as forças especulativas do mercado, que buscam tirar lucro até mesmo de catástrofes. É o caso, por exemplo, dos projetos de navegação no Oceano Ártico durante o degelo de verão, que nos próximos anos facilitará sobremaneira o comércio entre a Europa e a China... A tomada a sério dos relatórios do IPCC poderá levar a medidas efetivas em defesa do Ártico - onde não somente ursos, focas e renas estão sob ameaça de extinção - e modo a assegurar a circulação do calor pelas correntes marinhas que vão dos trópicos ao Ártico. O prêmio Nobel ajuda a desenvolver também a consciência planetária, colocando em questão o antigo paradigma antropocêntrico que até hoje prevalece no Ocidente. É preciso compreender que não é apenas a espécie humana que tem direito à vida, mas que o titular da vida é o planeta Terra, do qual a espécie humana é parte - importantíssima, sem dúvida. Um planeta vivo não pode ser reduzido a uma simples fonte de "recursos naturais" - como faz a Teoria Econômica do Mercado - e, menos ainda, ser considerado uma possível fonte de riqueza para o ser humano. Nesta perspectiva, a nova consciência planetária estimula inovações como o sistema de economia solidária, bem como novos padrões de produção (basicamente local, para evitar os custos ecológicos do transporte) de consumo material (que pode ser substituído por bens de consumo imateriais, como os bens

culturais) e as articulações mundiais em rede. Em última análise, é toda a concepção ocidental de desenvolvimento e de progresso que é colocada em questão ao se pensar um novo paradigma de relação entre a Humanidade e a Terra. O plebiscito na Costa Rica Os defensores da soberania nacional na América Latina acabam de sofrer uma derrota na Costa-Rica, país que ainda tem um dos melhores regimes de proteção social na AL, muito mais avançado que seus vizinhos de América Central. O país resistia à invasão comercial dos EUA nos setores de bens e serviços, mas esse modelo social está ameaçado com a vitória do "sim" no plebiscito sobre o Tratado CAFTA (Central America Free Trade Area), que foi assinado poucos dias depois do plebiscito. Para o presidente Bush, "o CAFTA vai abrir o mercado da América Central aos EUA". Houve uma forte mobilização da sociedade contra a assinatura do Tratado e alguns dias antes da votação as pesquisas davam o "não" vencendo por 55% a 43%. Mas uma forte propaganda, divulgando entrevistas, reportagens e notícias que previam o pior para Costa Rica se vencesse o "não", amedrontou a população. O próprio governo de Costa Rica violou o silêncio eleitoral obrigatório nas vésperas do plebiscito, intervindo em favor do "sim", com a cumplicidade do Tribunal Superior Eleitoral. Apesar de tudo, a diferença entre o "sim" e o "não" foi de apenas 3%. Como o Congresso tem que aprovar 12 leis complementares para a ratificação do Tratado, a mobilização continua. Este foi o primeiro plebiscito na história do país e revelou a falta de escrúpulos dos poderosos quando se trata de defender seus privilégios. Criado o Banco do Sul No dia 8 de outubro, no Rio, os ministros da economia e finanças da Argentina, Brasil, Bolívia, Equador, Paraguai, Uruguai e Venezuela se reuniram para a criação do Banco do Sul. A assinatura da Ata de Fundação está marcada para 3 de novembro de 2007. A sede do Banco será em Caracas. Esse fato representa um passo importante no processo de integração regional. Chile, Peru, Guiana e Suriname poderão se juntar mais tarde. Também a Colômbia, geralmente arredia a esse processo, deu sinais de que o apoiará. Sob o ponto de vista político, o Banco promoverá a soberania dos países da região em relação às Instituições Financeiras Internacionais como o Banco Mundial, o FMI e o BID. Enquanto instituição financeira, ele criará um sistema financeiro regional autônomo que organize as trocas comerciais sem passar pelas divisas estrangeiras, tendo no horizonte uma possível moeda comum regional. Tem ainda uma dimensão social, porque deve priorizar a luta contra a fome, a pobreza e a miséria, assim como promover o desenvolvimento estrutural. Para os setores sociais mais críticos do neoliberalismo, o Banco do Sul deveria ser parte de uma estratégia financeira regional, com a criação de um fundo de estabilização, uma moeda comum, a realização de uma auditoria das dívidas internas e externas, o cancelamento das dívidas ilegítimas e medidas contra os capitais especulativos. Esses grupos rechaçam a idéia de que o Banco do Sul seja utilizado para financiar mega-projetos como os da Integração da Infra-estrutura Regional Sul-Americana. Os movimentos sociais consideram que, além dos aspectos técnicos, sem dúvida importantes, o desafio é político, pois Brasil e Argentina orientam as negociações no sentido de repetir os modelos desenvolvimentistas de tipo social-liberal, predominantes na CAF (Corporação Andina de Fomento), no BID e no BNDES. O processo de união da Europa Os processos de integração regional européia e sul-americano são evidentemente diferentes, mas podemos aproveitar certas pistas abertas pela experiência européia. O Mercado Comum começou em 1957, com seis países. A reunificação da Europa, quase 60 anos depois de sua divisão na Conferência de Yalta, é um feito muito significativo. Hoje a União Européia (UE) reúne 27 países, dos quais dez estavam sob domínio soviético até 1990. Mas essa ampliação traz uma ameaça de paralisação na tomada de decisões sobre o futuro. Além disso, a guerra contra o Iraque dividiu a UE. O Tratado constitucional que retomava as grandes intuições dos "pais fundadores" foi rejeitado pelo eleitorado da França e da Holanda, que viram nele a orientação neoliberal da economia, abrindo então um período de crise. A União Européia representa um importante projeto de integração não só econômico e comercial, mas também político, social, cultural e ético. Bruxelas é a capital da negociação. Os fundadores criam sinceramente que o diálogo e a negociação permitiriam superar as dificuldades da união. As negociações entre os (hoje)

27 Países membros trouxeram avanços em todos os campos. Essa máquina política bastante aperfeiçoada não pode ficar paralisada, sob pena de morrer. Um novo texto, retomando as principais reformas propostas no Tratado Constitucional foi aprovado em outubro e deverá ser aprovado por todos os países em 2008.

Situação do Mianmar (antiga Birmânia) O dia 27 de setembro foi um dia funesto para os construtores da paz em Rangum e nas principais cidades do país. Foi um dia de repressão sangrenta contra o movimento de revolta que já há algumas semanas se manifestava de maneira pacífica. O governo reconhece oficialmente treze mortos, mas fontes diplomáticas falam de várias centenas. Há seis mil presos amontoados em sórdidos cárceres, enquanto tribunais especiais condenam sem apelação e um dos líderes da Liga Nacional para a Democracia - o partido de Aung San Suu, (42 anos, Prêmio Nobel da Paz em 1991) - teria morrido sob tortura. A junta militar birmanesa é, há 45 anos, uma das ditaduras mais violentas no mundo. Em 1988 o exército matou 3.000 pessoas nas ruas e nas prisões e não houve intervenção das potências estrangeiras. Desta vez, a população birmanesa esperava o apoio internacional, mas o primeiro-ministro da Tailândia, principal parceiro comercial, declarou que seu país não atuaria contra a junta. A Associação de Nações do Sudeste Asiático não fez a menor pressão sobre a ditadura, tampouco a China e a Índia, que brigam para ter acesso aos recursos naturais do seu vizinho. Já as sanções decididas pelos EUA e a UE têm um alcance muito limitado: suspenderam em parte o comércio das pedras preciosas, metais e madeiras tropicais, mas não do petróleo. Assim sendo, a junta militar não fala em mudanças. "Vamos continuar; não há razões para mudar de direção. Removeremos todos os obstáculos que poderiam aparecer diante de nós" disse um general. A defesa dos Direitos Humanos tem pouco peso nas negociações comerciais. Os países da Ásia e do Ocidente guardam um silêncio cúmplice diante dos apelos das vítimas. Terá a ação pacífica dos monges budistas força bastante para despertar a consciência adormecida dos governos e das populações que podem atuar para o fim do regime ditatorial? Os dólares perdidos na África Quinze anos de conflitos e guerras custaram US\$ 300 bilhões à África. É o equivalente à ajuda internacional enviada ao continente de 1990 a 2005. Este é o resultado de um estudo preparado por três importantes ONGs internacionais e publicado quando diplomatas se reúnem na ONU para discutir um Tratado sobre o comércio das armas. Entre 1990 e 2005, vinte e três nações foram atingidas por conflitos e perderam 15% do PIB médio por ano, sem incluir o impacto econômico nos países vizinhos. Esse dinheiro poderia resolver a crise do HIV/AIDS, prevenir a malária e a tuberculose, ou fornecer água potável, sistema de saneamento e educação à população. O comércio das armas é uma indústria global e só um Tratado global poderá controlá-lo.

II. Cenário brasileiro Crise de institucionalidade política e a CPMF É difícil saber o que ocorre no cenário político e econômico do país quando se tem apenas as informações veiculadas pela mídia (entendida como o conjunto de seus órgãos de alcance massivo). Fica a impressão de disfuncionamento na relação entre os três poderes. Será que pode se falar de uma crise da institucionalidade política? O caso Renan, que encheu as páginas dos quotidianos, revistas e ocupou os noticiários da TV, fez do Congresso uma casa de espetáculos por vezes deprimentes, com o ingrediente das fotos expostas em revista dita de entretenimento masculino. Sua teimosia em permanecer na presidência do Senado até o momento em que se viu desamparado pela base aliada do governo, só fez aumentar o desgaste do Congresso. A queda de duas aeronaves e a crise dos controladores de vôos não cessa de alimentar a desconfiança da opinião pública, sugerindo uma situação de descontrole governamental. As discussões sobre a prorrogação do CPMF evidenciam a suspeita de negociações pouco transparentes. De fato, a frustração da Reforma Política no Congresso levou o Judiciário a legislar sobre a fidelidade partidária. Também o poder Executivo habituou-se a legislar, excedendo-se em Medidas Provisórias. Já a Câmara dos Deputados desfaz atos do Executivo, no caso da Secretária de Estratégia a Longo Prazo, e uma Comissão Temporária do Senado ameaça, censura e condena fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego que, com a colaboração do Ministério Público e da Polícia Federal liberaram mais de mil trabalhadores das condições degradantes de trabalho e moradia, coletivamente infligidas. Os

Poderes Constituídos não parecem estar bem afinados. Cabe perguntar a quem interessaria essa disfunção institucional. A classe política está longe do povo, como analisaremos em seguida. Então, quem está mandando neste país? Que forças sustentam os caciques da política? Não temos, condições, é claro, de dar uma resposta definitiva a essa questão, mas não podemos deixar de encaminhar alguma pista. Fica fora da agenda da classe política e do alcance do Presidente da República a política econômica, há anos conduzida por representantes do setor financeiro. Em Análises anteriores assinalamos a que o governo Lula, ao privilegiar o agronegócio exportador e só dar um leve apoio à agricultura familiar, tirou da agenda a Reforma Agrária, sem a qual não há projeto nacional viável. Pois o que está em jogo é a permanência estrutural da sociedade brasileira: a casa grande (hoje modernizada) e a senzala (hoje nas periferias urbanas). Nesse paradigma a casa grande mantém seus privilégios sem contribuir para o bem da coletividade nacional. Isto é claro na polêmica sobre a CPMF, onde o poder instituído revela sua fragilidade diante dos privilégios firmemente defendidos pelos mais ricos. Uma comparação entre a CPMF e o ICMS mostra que quem ganha R\$ 760 paga R\$ 2,88 de CPMF, mas se consome o equivalente a R\$ 50 de eletricidade, paga R\$ 10,50 a título do ICMS. Para os pobres, eliminar a CPMF quase não afeta o orçamento familiar. Mas liberá-los do ICMS sobre a luz e outros bens da cesta básica traria um notável alívio. Mas a necessária Reforma Tributária não consta mais da pauta do governo, embora nosso sistema tributário seja dos mais injustos do mundo. A CPMF é, essencialmente, contribuição dos ricos e de empresas, pois atinge também quem fatura muito e sempre encontra válvulas de escape na legislação tributária. É o único "imposto" pago até por habilitados sonegadores. Não por acaso os tributaristas a serviço de empresários lutam contra a prorrogação da CPMF. Os R\$ 38 bilhões anuais, saem, em sua maior parte, da pequenina minoria que ocupa o topo da pirâmide de renda e riqueza do Brasil e não do conjunto da população. As negociações ao redor da prorrogação da CPMF revelam muitas disfunções: cada votação tem que ser negociada e o Executivo precisa atender pleitos os mais diversos para ver aprovada matérias de seu interesse. Na falta de uma base parlamentar baseada em acordos programáticos, o Executivo recorre à liberação dos recursos das emendas individuais e a nomeações para cargos públicos, para assegurar os votos favoráveis no Congresso. Nesta discussão, fica na sombra o destino da arrecadação da CPMF. É para financiar a saúde pública ou para pagar o serviço da dívida pública? Ninguém, ao que parece, quer enfrentar esse debate no âmbito do Congresso. Os ricos, sobretudo os mais ricos, são os mais afetados pela CPMF, mas são também os maiores beneficiados pelos juros da dívida. Daí as pressões para negociar os apoios à prorrogação da CPMF, prevendo compensações financeiras diversas. No sistema escravista, a casa grande estava ligada à grande propriedade fundiária e à exploração da mão-de-obra. No novo capitalismo, ela puxa sua riqueza dos ativos financeiros. Seus ganhos com a usura (hoje chamada de spread) foram às alturas. Mas no mundo da globalização financeira, a tendência é de aliviar a fiscalização sobre os mais ricos, detentores de capital, e realocar o peso dos gastos públicos sobre as famílias com renda média. E o Brasil se adaptou a este novo capitalismo financeiro, sem deixar o paradigma da casa grande e senzala. O nivelamento programático dos partidos políticos A vitória eleitoral de Lula em 2002 mudou o cenário político-partidário brasileiro, mas não no sentido que então se previa. Depois da "década perdida" para o crescimento econômico (1981-90) e outra década também "perdida" com a abertura neoliberal, esperava-se uma experiência inédita de governo, uma vez que o partido vitorioso nas eleições presidenciais e para a Câmara Federal exibiu uma trajetória que o diferenciava de todos os demais. Passados cinco anos, os partidos praticamente se igualaram em matéria de (in)coerência programática e, salvo poucas exceções entre os partidos de forte teor ideológico, estão reduzindo o processo eleitoral, fundamental para a democracia, a uma disputa de poder entre pessoas ou grupos. Nos Estados de democracia representativa, como o brasileiro, cabe aos Partidos políticos a mediação entre a Sociedade civil e o Estado. Essa mediação é necessária porque a lógica do Estado não é a lógica da Sociedade. O agir do Estado tem caráter coercitivo (impõe impostos, ordena gastos e atua por

ofício mediante servidores públicos), enquanto o agir da Sociedade tem caráter voluntário (só tem o poder moral na medida em que motiva e mobiliza pessoas). É por meio dos partidos que a sociedade escolhe quem, em nome dela, tomará as decisões no âmbito dos Poderes Legislativo e Executivo. Neste sentido, partidos coesos (do ponto de vista organizativo) e coerentes (do ponto de vista ideológico ou programático) são fatores que favorecem a democracia representativa, na medida em que traduzem a vontade dos diferentes segmentos da sociedade na esfera do Estado. A falência dos partidos oriundos do regime militar, incapazes de representarem os anseios da sociedade brasileira, deu origem ao multipartidarismo que marca nosso cenário político. Ao lado dos sucedâneos do MDB e da ARENA (respectivamente o PMDB, o PSDB e o PFL), foi aberta a possibilidade de criação de outros partidos, geralmente pequenos, que expressassem toda a gama de anseios da sociedade. Entre os novos partidos destacou-se, por sua originalidade, o Partido dos Trabalhadores - PT. Diferentemente de outros partidos de esquerda, cuja tradição leninista fazia dos Movimentos e organizações sociais meras "correias de transmissão" do partido, o PT nasceu da relação dialética entre esses dois pólos. Ambos trazem a mesma inspiração, mas sua atuação se dá em campos diferentes: os Movimentos sociais lutam na sociedade civil por uma causa específica, enquanto o Partido busca exercer o poder de Estado, competindo com outros na esfera política. Enquanto os Movimentos sociais mobilizam a vontade popular, o Partido político traduz suas demandas no âmbito parlamentar ou do Executivo. Esta articulação foi crucial para o êxito da Constituição cidadã de 1988: enquanto os movimentos mobilizavam a sociedade civil em defesa de suas causas, seus aliados - os parlamentares do quadro democrático-popular organizado desde a campanha das Diretas Já e depois liderado pelo PT - as traduziam em direitos a serem inscritos na Carta Magna. Aquela foi talvez a mais bem sucedida experiência de articulação entre os Movimentos sociais e os Partidos políticos que, embora em minoria no Congresso Constituinte dominado pelo centrão aliado do então Presidente Sarney, lograram êxitos como o direitos à demarcação das terras indígenas e de quilombos, o controle social de políticas públicas, a função social da propriedade e a universalização da assistência e previdência social estendida também aos trabalhadores rurais. A experiência parlamentar, bem como diversas experiências do poder Executivo em nível municipal e estadual - com diferentes graus de sucesso - deram ao PT uma marca identitária própria. Sua rigidez no campo da coerência programática (vista pelos adversários como radicalismo, ideologismo ou corporativismo) e da ética (vista por muitos como moralismo udenista), bem como certas inovações como o "orçamento participativo" e a consulta das bases partidárias para a escolha de candidatos a cargos executivos, o tornaram diferente dos demais partidos, quase sempre controlados por um reduzido número de dirigentes que exercem o poder interno ao partido conforme o modelo clientelista da troca de vantagens por votos. A derrota eleitoral de Lula para FHC, em 1994, porém, provocou uma mudança interna no PT que, sob a hegemonia do campo majoritário passou a adotar estratégias que o levassem à presidência da República por meio da ampliação de suas alianças. Mais tarde, quando a abertura ao capital financeiro, promovida pelo governo FHC, revelou-se incapaz de fazer face à crise econômica, Lula apresentou-se como uma alternativa viável de mudanças na sociedade sem ruptura estrutural na economia - este o teor da "Carta ao Povo brasileiro", de junho de 2002. Assim é que aquele Partido portador do projeto oriundo dos Movimentos Sociais, ao assumir a lógica do Estado torna-se partido do governo e distancia-se da Sociedade. Propõe agora muito do que combatia quando era oposição. Esta, por sua vez, rejeita hoje o que antes defendia com ardor. Basta lembrar as votações sobre a Reforma da Previdência, o aumento do salário-mínimo e, mais recentemente, a CPMF e a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a DRU. Seria ingenuidade política cobrar coerência ideológica ou programática desses Partidos: quando estão no poder miram a governabilidade, se vão para a oposição, miram a vitória eleitoral. Isso para falar dos partidos "programáticos", já que boa parte dos demais partidos não têm ideário político e existem apenas como legendas eleitorais, abrigando candidatos que a eles recorrem para compor coligações e assim alcançarem o almejado quociente eleitoral. Essa

incoerência programática dos partidos favorece, é claro, o clientelismo que às vezes chega ao cinismo do "é dando que se recebe" e da aceitação do "caixa dois" como prática normal, como foi fartamente exibido e alegado durante a longa investigação sobre o "mensalão". No bojo desse esvaziamento ético do Congresso cresceu a demanda social por uma Reforma Política que reforçasse os partidos, corrigisse falhas no processo eleitoral e assegurasse maior participação da sociedade na fiscalização de seus mandatários e no processo legislativo. Tal demanda, porém, não encontrou o respaldo do Poder Executivo e foi frustrada pelo Congresso, que se limitou a fazer pequenos retoques na legislação eleitoral. Neste contexto, as decisões judiciais em favor da fidelidade partidária devem ser saudadas como um passo significativo, mas de pouca eficácia prática enquanto não impedirem as coligações espúrias para o voto proporcional. Não há verdadeira fidelidade partidária quando não há fidelidade aos compromissos públicos assumidos durante a campanha eleitoral. É evidente que, numa realidade político-partidária divorciada dos anseios da sociedade, esta perde seus legítimos canais de representação perante o Estado. Quem tem poder econômico, como os grandes grupos financeiros, o agronegócio exportador e as grandes empresas, podem fazer valer seus interesses por meio de lobistas e outros meios à margem da lei. Para os Movimentos sociais, restam os atos públicos de protesto - como as marchas e ocupações do MST e do MAB - e as mobilizações sociais que não chegam ao conhecimento do grande público, por não entrarem na pauta de notícias da mídia. Isto certamente marcará o ano eleitoral que ora se inicia, porque as eleições de 2008 não se limitarão a definir o quadro político municipal, mas expressarão a correlação de forças entre os postulantes à presidência da República em 2010. Como parece fora de propósito uma mudança constitucional que permita um terceiro mandato consecutivo ao presidente da República, os partidos hoje no governo deverão se entender em torno de uma única candidatura para não correrem o risco de, divididos, perderem para os opositoristas. Partindo da hipótese que nem os partidos hoje no governo, nem os grandes partidos da oposição pretendem mudar o rumo político no campo da economia e do agronegócio, as eleições de 2010 serão mais uma escolha de nomes do que propriamente uma definição de linha política, a menos que surja alguma candidatura independente capaz de surpreender os grupos estabelecidos no sistema político-partidário (como já aconteceu em outros países do Continente). Neste contexto, as atuais querelas políticas, como a sucessão para a presidência do Senado e a relutância da oposição em aprovar projetos e Medidas Provisórias podem ser interpretadas como escaramuças para desgaste de eventuais concorrentes, independentemente do seu mérito intrínseco. É esse mesmo contexto de lançamento de nomes para 2010 que explica a cobertura da mídia a certos escândalos políticos (como o indiciamento dos responsáveis pelo "mensalão" no STF) e seu silêncio diante de outros (como a investigação sobre as origens do "valerioduto" em Minas Gerais). Em outras palavras, os partidos estão fazendo a "pequena política" e deixando na gaveta a "grande política" que define os rumos de um governo com projeto para a Nação brasileira. Caberia aqui pensar uma resposta criativa a esse enfoque pervertido do processo eleitoral de 2008, com um eficiente trabalho de formação política que resgate o valor propriamente político do poder local. III. Outros temas relevantes. Tropa de elite ou Tropa da elite? O sucesso e a reação do público ao filme "Tropa de Elite" obriga a uma reflexão. Por um lado, os abusos policiais também manifestam a apropriação do público pelo privado e por isso tem muito a ver com os casos de corrupção e de corporativismo no Legislativo, no Judiciário e no Executivo. Por outro lado, ao veicular a idéia de uma "guerra" dos bons contra os maus elementos da sociedade, ele desempenha uma função socialmente perversa. Vejamos esses dois aspectos. Para que uma classe média alta (com renda mensal líquida superior a R\$ 7.600) e alta mesmo, possam consumir em segurança (inclusive suas drogas preferidas), é necessário contar com uma força policial o quanto possível não corrupta, mas apta a usar a violência para a repressão. É o papel que desempenhava o capataz na fazenda, ou o "capitão de mato" que caçava escravos fugidos. Eles têm que ser leais ("homens de honra") e ferozes ("homens de coragem"). Só assim conseguem garantir a ordem social herdada dos tempos coloniais e que

ainda hoje serve de paradigma para o Brasil: as normas e leis para a casa grande não se aplicam para a senzala que deve conformar-se em obedecer aos "de cima". A corrupção e o corporativismo decorrem de que a visão do Estado e da coisa pública hegemônica nunca chegou a ser aquela democrática e republicana. Episódios como o que envolveu o senador Renan Calheiros ajuda a classe média moralista a aceitar a tortura policial sem maiores dores de consciência, porque, "como é sabido, as instituições não funcionam". Das heranças coloniais ibéricas mais profundas que herdamos, uma é esta, de conjugarmos autoritarismo e anarquia individualista: a ordem se impõe pela força, mas a lei não me obriga. Evidentemente, autoritarismo e anarquia em favor da casa grande. A violência é dirigida para a senzala que ousa se revoltar contra sua situação, mas não pode atingir a casa grande nem prejudicar as liberdades individuais de seus moradores. O fato é que no primeiro semestre do ano policiais civis e militares mataram 694 pessoas durante confrontos no Rio de Janeiro. Em comparação com o primeiro semestre de 2006, houve um aumento de 33,5% no total de mortos pelas polícias. Entre as operações com maior número de vítimas está a que deixou 19 suspeitos mortos no dia 27 de junho, no complexo de favelas do Alemão, na zona norte da capital fluminense. Outra operação no dia 17 de outubro, matou 12 pessoas nas favelas da Coréia e do Taquaral, em Senador Camará, na zona oeste. Além de supostos traficantes (dois deles mostrados pela TV descendo o morro numa corrida desesperada, enquanto um helicóptero os caçava como se fossem cães raivosos), um policial civil e uma criança de 4 anos morreram. O discurso policial, reproduzido com perfeição no filme em questão e repetido inúmeras vezes por autoridades responsáveis pela segurança pública, é que se trata de uma guerra. Retoma-se o conceito da Doutrina de Segurança Nacional, que também falava de guerra para se referir aos movimentos políticos que ela queria reprimir. Ora, só se pode falar propriamente em guerra quando dois lados militarmente organizados lutam para impor seu controle político sobre um determinado território. Não é isso que ocorre nos morros cariocas. Terminada uma operação policial, o território volta ao statu quo ante e novos jovens são recrutados para ocuparem o lugar dos mortos. A polícia alega que suas operações têm por finalidade desarmar bandidos, apreender drogas ilícitas e desbaratar quadrilhas. Mas, se os morros não produzem drogas nem armas, não seria mais lógico evitar que elas entrassem? Os custos humano e econômico de um combate direto ao fornecedor de armas e ao grande traficante de drogas seriam menores do que essas operações militares cujo alvo são entrepostos destinados ao varejo e os consumidores finais de armas. Isso requer, é claro, um sistema de inteligência bem desenvolvido para a interpretação das informações, mas não é fora de propósito - basta lembrar os avanços recentes da Polícia Federal, cada vez mais investigativa. O fato da polícia insistir na repressão militar, e não no trabalho de inteligência, levou o cientista social Paulo Sérgio Pinheiro a formular, há mais de dez anos, uma hipótese instigante: a função das operações de policiais militares em favelas e bairros de periferia seria a de manter suas populações em permanente defensiva. Neste sentido, ele falava de um "terrorismo preventivo" pois, como se sabe, o efeito desejado pelo terrorista é que seu adversário seja paralizado pelo temor de que lhe suceda coisas piores. Assim o terror policial-militar viria a impedir nas periferias urbanas, movimentos de protesto social e político capazes de ameaçarem a ordem estabelecida. Novidades da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios • A gravidez entre adolescentes vem aumentando: 7,6% das meninas de 15 a 17 anos no país em 2007; eram 6,9% em 1996. Isto chama atenção sobretudo, quando a taxa de fecundidade média das mulheres continua a baixar. Cresce o número de mulheres casadas co-provedoras ou mesmo provedoras principais (ou únicas) do lar. Esta última posição muito freqüentemente se choca com o machismo dos homens, exacerba a violência familiar e a revolta das mulheres, levando à separação. Aumenta o número de casos em que as mulheres requerem separação judicial. • 2,7 milhões de crianças de 5 a 15 anos trabalham, no Brasil. Como taxa percentual houve queda (12,2 % em 2005, 11,5% em 2007). Estes menores contribuem com cerca de 30% da renda familiar. Em termos de médio prazo, estamos diante de um círculo vicioso: estas crianças trabalhadoras não estudam, estudam menos, rendem menos no estudo; adultas

serão pais de baixa escolaridade cuja baixa renda vai se ter de complementar com trabalho infantil. • Os meios de comunicação divulgam bastante dois "avanços" socioeconômicos que vêm como mais ou menos interligados: a redução das taxas de miséria (pobreza absoluta) e de pobreza, e a da desigualdade de distribuição de renda. A primeira tem fundamento. Podem-se discutir as "balizas" (fronteiras da miséria e da pobreza), mas mantidos os critérios existentes, o número de pessoas abaixo destes limites diminuiu. Mas sobre a suposta redução da desigualdade, há que observar: o que se reduziu foi a diferença na distribuição da renda do trabalho via salário. Dito de outra forma, diminuiu um pouco a diferença entre grandes salários e os mais baixos. O que se tem que relativizar por duas razões. A primeira é que vem aumentando a ocorrência de complementação dos altos salários de técnicos, gerentes, assessores das empresas, por alguma forma de participação nos resultados. Além da terceirização de serviços altamente qualificados por contratos de empreitada; o trabalho especializado, antes feito por assalariado altamente qualificado, passa a se encomendar a um autônomo que trabalha em casa e recebe por tarefa. Ou seja, os dados não garantem nem parecem indicar que mesmo a distribuição da renda proveniente do trabalho tenha ficado mais igual. O mais decisivo é que a renda proveniente do trabalho vem diminuindo como fatia do total dos rendimentos distribuídos na economia. Os lucros crescem mais e, mais que tudo, cresce a parte referente aos juros pagos ao capital financeiro. [Contribuíram para esta análise Pe. Antonio Abreu SJ, Pe. Bernard Lestienne SJ e Pe. Thierry Linard. Pedro A. Ribeiro de Oliveira PUC-Minas e ISER-Assessoria] \* Membro da equipe de ISER-Assessoria e da Coordenação Nacional do Movimento Fé & Política Fonte: Adital, 25 de outubro de 2007